



É com grande satisfação que apresentamos a 26ª edição especial da Revista Gralha Azul, dedicada ao tema Acessibilidade, Inclusão e Direitos das pessoas com deficiência. Esta edição também presta uma homenagem ao desembargador Sigurd Roberto Bengtsson. Sua trajetória na magistratura é marcada não apenas por sua competência jurídica, mas também por sua profunda sensibilidade e compromisso com a questão da acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência.

Desde o início de sua carreira, Sigurd Roberto Bengtsson demonstrou um olhar atento e empático para as questões que envolvem a inclusão social e sua atuação no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) tem sido um exemplo claro de sua dedicação em garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições, possam exercer plenamente seus direitos civis e políticos. Ele tem enfatizado a importância de criar e aprimorar mecanismos institucionais que assegurem a acessibilidade, permitindo que todos tenham a oportunidade de participar ativamente da sociedade.

Esta edição da Revista reúne uma série de artigos e ensaios que refletem a visão e os valores defendidos por esta Corte de Justiça e também pelo desembargador Sigurd Roberto Bengtsson. Os textos abordam diversos aspectos relacionados à acessibilidade e inclusão, oferecendo uma análise profunda e abrangente sobre os desafios e as conquistas nesse campo. Cada autor contribuiu com sua perspectiva única, enriquecendo o debate e propondo soluções inovadoras para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

O capítulo que abre a edição especial da Revista não poderia ser outro, senão "*Eleições inclusivas no Paraná: Iniciativas do TRE-PR e Dados sobre a Participação de Pessoas com Deficiência nas Eleições de 2024*" por Anderson Ricardo Fogaça, Fabrício Ricardo de Limas Tomio e Rodrigo Kanayama.

Na sequência temos "A nova Curatela – abordagem funcionalizada a partir do Modelo Social de Deficiência" por Luciano Campos de Albuquerque.

O terceiro título do periódico intitula-se "A garantia do Direito ao trabalho por meio da redução da carga horária da Pessoa com Deficiência como Mecanismo de Inclusão Social" das autoras Fernanda Costa Peixoto Primo e Camila Zem.

O quarto trabalho, de autoria de Fabiana de Freitas Goulart Lourenço, sob o título "Acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário Brasileiro: uma análise da Resolução 401 do CNJ à luz da Lei Brasileira de Inclusão".

Os demais exímios trabalhos apresentados e discriminados a seguir, seguem correlacionando-se de maneira harmonica com a temática proposta, são eles: "Desafios da Pessoa com Deficiência para o Acesso e Ascensão à Educação e ao Trabalho" por Geana Santos Gayer Ramos. "Capacitismo e Acesso à Justiça: Uma Perspectiva Crip sobre o Direito das Pessoas com TEA" por Juliana Luiza Mazaro e Joice Graciele Nielsson. "Passado, Presente e Futuro da Capacidade Civil, Apoio e Salvaguarda às Pessoas com Deficiência" por Jacqueline Lopes Pereira. "O que Você Faria se Fosse Gestor? Percepções de Pessoas com Deficiência sobre Gestão Inclusiva" por Leonardo da Paz Almeida. "A Dignidade da Pessoa com Deficiência: Entre o Formalismo da Lei e o Deserto da Realidade" por Joel Cezar Bonin, Júnior Corrêa de Mello, Ana Lilian Villwock Azevedo e Sibeles Godoy Caminski. "Da Substituição e/ou Remoção do Tutor e do Curador e da Substituição e/ou Destituição dos Apoiadores nos Respectivos Procedimentos Judiciais da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada" por Edgard Fernando Barbosa. "Perspectivas e Desafios do Reconhecimento do Direito à Redução da Jornada de Trabalho para Servidores Públicos Municipais e Estaduais que Têm com Dependentes Pessoas com Deficiência" por Davi da Rosa Chagas. "Pedagogia do Acolhimento e o Poder Judiciário: Acesso e Inclusão das Pessoas com Deficiência ao/no Poder Judiciário" por Walter Lucas Ikeda e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth. "Deficiências Não Aparentes" por Desiree Ferreira do Amaral Panza. "Análise dos Aspectos de Controle Judicial e Social na ADI 5357" por Reshad Tawfeiq, Fabiano Machado da Silva e Maiara de Almeida Abreu. "Normas e Práticas de Acessibilidade no Poder Judiciário do Estado do Paraná" por Luiz Fernando Tomasi Keppen.

Esperamos que esta edição, em especial, inspire leitores de todas as áreas a refletirem sobre a importância da inclusão e a se engajarem na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Que o exemplo do desembargador Sigurd Roberto Bengtsson possa iluminar caminhos e fortalecer a construção de um mundo mais acessível e igualitário para todos.

Uma excelente leitura!

Des. Ramon de Medeiros Nogueira¹

¹ Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Foi professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Curitiba no período de 1999/2009, chefe de Departamento de Direito Privado da mesma instituição no período de 2003/2005 e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná, entre 2001 e 2003. Formador de Formadores reconhecido pela Enfam. Atuou como Procurador-Geral do Tribunal de Justiça Desportiva, Diretor Jurídico da Sanepar e Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná -EJUD-PR